



Sessão temática: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.  
Mesa coordenada Expressões do serviço social crítico e radical nos EUA, Inglaterra e Espanha (1960 a 1980).

## TENSÕES NO SERVIÇO SOCIAL ESTADUNIDENSE (1960 A 1980): A ALTERNATIVA RADICAL

ALEXANDRA A. L. T. SEABRA EIRAS<sup>1</sup>  
CLÁUDIA MÔNICA DOS SANTOS<sup>2</sup>  
MARIA CARMELITA YAZBEK<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho se insere em um projeto maior, financiado pelo CNPQ, com pesquisadores articulados em uma rede internacional, cujo objeto é o movimento de reconceitualização do Serviço Social latino-americano e suas interlocuções internacionais (1960-1980). Em nosso subprojeto investigamos a hipótese de que, nesse período, na Europa ibérica e na América do Norte, houve movimentos contestatórios ao Serviço Social tradicional, autodenominados “Serviço Social Crítico” e “Serviço Social Radical”. Neste artigo contextualizamos o “Social Work” e as tensões na profissão nos EUA, apresentamos os vínculos sociopolíticos das posições contestatórias ao tradicionalismo e analisamos as concepções “críticas” e “radicais”, destacando sua fundamentação teórico-política.

**Palavras-chave:** Serviço Social, EUA, alternativa radical

**Abstract:** This work is part of a larger project, funded by CNPQ, with researchers articulated in an international network, whose object is the movement of reconceptualization of Latin American Social Work and its international interlocutions (1960-1980). In our subproject we investigated the hypothesis that in this period, in Iberian Europe and North America, there were opposition movements to traditional Social Work, calling themselves "Critical Social Work" and "Radical Social Work". In this article we contextualize "Social Work" and the tensions in the profession in the USA, we present the socio-political ties of the oppositional positions to the traditionalism and analyze the "critical" and "radical" conceptions, highlighting its foundation theoretical-political.

**Keywords:** Social Work, USA, radical alternative.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere no âmbito de um projeto, desenvolvido com recursos financeiros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ, Brasil), congregando, em torno de 40 pesquisadores de várias instituições universitárias latino-americanas e europeias, articulados em uma rede internacional de pesquisa sobre os fundamentos do Serviço Social.

<sup>1</sup> Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <alexandra.eiras@ufjf.edu.br>.

<sup>2</sup> Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>3</sup> Professora com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ele tem por objeto o movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano (MRLA) <sup>4</sup> e suas interlocuções internacionais, com ênfase na Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, EUA e Portugal. Investigamos – mediante o resgate dos determinantes históricos e da memória dos sujeitos participantes – as particularidades nacionais desse movimento, e sua relação com movimentos similares ocorridos no mesmo período – 1960 a 1980 – na Europa e na América do Norte. Este projeto possui 10 subprojetos a ele vinculados.

O subprojeto em que nos inserimos parte da hipótese de que tanto na Europa (Portugal e Espanha) quanto na América do Norte (EUA e Canadá), no mesmo período do MRLA, houve movimentos de contestação do Serviço Social tradicional. Estes movimentos se expressam nos denominados “Serviço Social Crítico” e “Serviço Social Radical”.

Nesta direção, este artigo objetiva analisar a produção do Serviço Social nos EUA, do período que compreende as décadas de 1960 a 1980, mais especificamente as referências que influenciaram as posições contestatórias no âmbito do “Social Work”, suas vinculações sociopolíticas e fundamentação teórico-metodológica.

Assim, neste trabalho, contextualizamos o “Social Work” e as tensões na profissão nos EUA e apresentamos os vínculos sociopolíticos das posições contestatórias ao tradicionalismo (seção 2). Na seção 3, analisamos as concepções de Serviço Social crítico e Serviço Social radical, destacando sua fundamentação teórico-política. Na seção 4 – considerações finais – indicamos, de forma preliminar, as diferentes concepções de Serviço Social Crítico e Radical (SSCR).

---

<sup>4</sup>O MRLA foi um movimento heterogêneo, protagonizado pela Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que articulou o debate sobre o Serviço Social na América Latina, no período de 1965 a 1975. Nesse processo, os trabalhadores sociais (assistentes sociais) questionam a neutralidade técnica; recusam a importação de referências norte-americanas e combatem a “técnica transplantada”, simultaneamente, buscam construir referências latino-americanas para a ação profissional. Há também uma construção que transcende os países, que se expressa na criação de organizações de trabalhadores sociais de caráter latino-americano como a ALAETS (Asociación Latino Americana de Enseñanza em Trabajo Social) e o CELATS (Centro Latino Americano de Trabajo Social), que impactam sobre a organização dos assistentes sociais no continente, bem como na elaboração e divulgação das novas referências produzidas pelo MRLA. Nesse movimento emerge um posicionamento ético-político que se compromete com a realidade social da América Latina e explicita o lugar do Serviço Social na reprodução das desigualdades sociais, bem como sua função social, implicação sociopolítica e valores ideológicos, com pretensão de intervir na alteração dessa realidade (EIRAS, SANTOS e YAZBEK, 2017: p 23).

As leituras realizadas até o presente momento apontam que nessas posições contestatórias ao Serviço Social tradicional, há vertentes que se aproximam do MRLA, posto que alguns autores do SSCR cite e atestem conhecer o que estava ocorrendo no Serviço Social latino-americano, naquele período. Contudo, ainda não identificamos elementos indicativos de uma interlocução direta com o mesmo. Entretanto, encontramos referências e utilização bibliográfica da produção do educador brasileiro Paulo Freire, que no MRLA teve, igualmente, uma expressão. Essa constatação exigirá nossa investigação nos próximos momentos da pesquisa.

## **2. TENSÕES NO SERVIÇO SOCIAL ESTADUNIDENSE: FORMULAÇÕES CRÍTICAS E VÍNCULOS SOCIOPOLÍTICOS**

A produção norte-americana, desde a emergência do Serviço Social enquanto profissão nos EUA também comportou tensões e conflitos, com a presença de referências críticas, articuladas aos movimentos sociais progressistas.

Nessa direção, Vicente Faleiros (2008) analisa a presença de concepções funcionalistas na produção do Serviço Social estadunidense “nas perspectivas do bom funcionamento social” (2008: s/p). Por outro lado, o autor indica que, “já na época de sua fundação emergiram as polêmicas sobre Serviço Social”. Por exemplo, “Jane Adams<sup>5</sup>, contemporânea de Mary

---

<sup>5</sup> É na confluência destes movimentos que encontramos Jane Addams (1860-1935), que fez parte da primeira geração de mulheres americanas a obter um diploma universitário, no seu caso, de Rockford College, no Illinois. Depois de visitar Toynbee Hall, um social settlement universitário em Londres, Addams estabeleceu em 1889 a primeira casa semelhante, a Hull-House, em Chicago. Estes settlements eram geralmente casas de residência para licenciados que quisessem viver em áreas deprimidas e contribuir para a vida social da comunidade envolvente, através por exemplo do desenvolvimento da educação de adultos, a recolha de dados sociais e para a melhoria das condições sociais e industriais locais. Inspirada pelo exemplo britânico, Jane Addams rapidamente convenceu a amiga Ellen Starr Gates a participar na sua experiência de implementação de uma destas casas, procurando beneficiar muitos dos novos imigrantes e classes operárias residentes em Chicago.[...]. Não sendo uma obra de caridade, mas um local onde práxis e ação se reuniam na libertação dos mais oprimidos, a Hull-House constituía-se como um lugar para desenvolver e explorar a interdependência entre as classes. Aí se desenvolveram programas educacionais e culturais, de arte, música e desporto, numa tentativa de lidar e minorar os efeitos da pobreza. Mas, na sua interação social e educativa com a vizinhança, majoritariamente constituída por imigrantes muito pobres, a Hull House viria também a constituir-se como uma instituição política, um centro de onde emanavam posições de defesa de questões como o aumento do salário mínimo, os direitos sindicais, as leis de trabalho infantil, e a prestação de melhores e não discriminatórios serviços públicos. A Casa foi também uma espécie de think tank do pragmatismo feminista, no qual o conhecimento individual e coletivo não era alcançado através de crenças fixas, mas

Richmond, defendia princípios feministas, de democratização, de respeito à diversidade cultural e de paz. Tanto assim que foi contemplada com o Prêmio Nobel da Paz” (TRAVI APUD FALEIROS, 2008: S/P).

Desse modo, para Faleiros (2008: s/p) a ruptura com essa visão normativa também está presente na produção de Berta C. Reynolds<sup>6</sup> que considera o Serviço Social na estrutura social, metodologicamente, “sem as divisões de caso, grupo e comunidade ou de campos de ação”, “devendo-se articular o econômico, o social e o psicológico” no enfrentamento dos problemas. Para o autor, “além de sair de uma prática autoritária, [essa concepção] busca uma orientação de diagnóstico mais complexa e uma orientação que investigue as forças e potencialidades da própria população” [...] “o assistente social deve integrar o conhecimento de si com o conhecimento do outro e, neste sentido, incorporando os conhecimentos da psicanálise e também considerando as demandas da população”. Assim, “Reynolds rompe com a definição de uma *helping profession* para visão de uma *protecting society* em relação aos “desvantajados” (1942, p. 29)” e critica a relação entre “o que ajuda e o que é ajudado como relação de superioridade, levantando a questão de que a ajuda está estruturada pela sociedade, inclusive como a indústria do socorro e a ausência do Estado” (FALEIROS, 2008: s/p).

O autor também afirma que os “pressupostos dos discursos de Reynolds, já por influência do marxismo, foram aprofundados e politizados pelo *Radical Social Work* dos anos 1970” (Faleiros, 2008: s/p). Nesse sentido, o pressuposto de que se deve “qualificar a ajuda pela ciência ou pela técnica foi desconstruído por Reynolds como parte da estrutura capitalista e da indústria da ajuda, configurada como prática autoritária e ainda com uma orientação moralista e ilusória” (IDEM). E ainda, “Reynolds chama a atenção para a necessidade de um significado mais amplo de trabalho social, como na URSS, na Inglaterra e na China, implicando ‘que em qualquer lugar que se

---

nas trocas entre ideologias concorrentes e testando as teorias pela experiência mediada pela comunicação (SILVEIRINHA, 2016: S/P).

<sup>6</sup> Reynolds viveu entre 1885-1978. Foi uma das lideranças do Movimento Rank and File, com aproximações ao sindicalismo radical de esquerda e ao Partido Comunista. Em 1938, face sua declarada posição marxista e atuação sindical, foi demitida da Universidade de Smith College. Nos anos 1950, foi incluída na “lista negra” do “macarthismo”, considerada “comunista” (REISCH e ANDREWS, 2002).

trabalhe, deve-se fazê-lo para o todo” (IDEM). Conforme sintetiza Faleiros (2008: s/p),

No processo de acumulação capitalista, os exercícios profissionais foram se construindo articulados a uma expressão de controle dos segmentos dominados, de legitimação ideológica da ordem, de fragmentação de problemas, de individualização das demandas sociais, de integração aos objetivos institucionais. No entanto, numa perspectiva de politização desses exercícios, de pressão das organizações e movimentos sociais e de crítica à relação entre Serviço Social e o capitalismo, vários grupos de profissionais, tanto na Europa, como nos Estados Unidos e na América Latina, produziram uma análise de seu contexto e de suas funções, ao mesmo tempo, que se mobilizaram para uma perspectiva de mudança, de defesa de direitos, de participação e de articulação das demandas cotidianas diversificadas a projetos societários de transformação das relações de dominação e de exploração na busca de afirmação dos direitos humanos, da justiça social, da equidade, com respeito à diversidade social, cultural e de orientação sexual, religiosa ou política.

Depreende-se que a produção e a ação do Serviço Social nos EUA possuem tensões, as quais revelam pelo menos dois posicionamentos éticos e políticos: a) compromisso com o poder dominante instituído mediado pela filantropia e pela normatização dos “clientes”<sup>7</sup> ou b) compromisso com as necessidades e interesses dos “clientes” atendidos pelos assistentes sociais, abrindo-se e vinculando-se aos movimentos progressistas por direitos sociais e cidadania e/ou aos movimentos de esquerda, pela superação do capitalismo.

## **2.1 O Serviço Social crítico e radical nos EUA nos anos 1960 a 1980**

De acordo com David Wagner (1989) as condições econômicas e sociais foram importantes para ascensão e declínio do “radicalismo” no Serviço Social. Os anos de 1930 e as décadas de 1960 e 1970 foram densos, em relação às crises econômicas e ao processo de mobilização social, e demarcam a emergência de perspectivas radicais e críticas no Serviço Social norte-americano, influenciando a ação, a formação e as organizações profissionais.

Há um conjunto de influências sobre os assistentes sociais norte-americanos: a experiência dos “settlement movement” (assentamentos comunitários, cujo o mais famoso foi a experiência de Chicago, com as “Hull-

---

<sup>7</sup> Neste artigo, destacamos o termo cliente entre aspas, significando que foi utilizado pelo autor.

Houses”)<sup>8</sup>; a sociologia, que crescia, nesse período, como disciplina acadêmica; a emergência do Serviço Social Radical no Reino Unido, Canadá e Austrália; o MRLA; os movimentos contra a guerra do Vietnã, e/ou pelos direitos civis dos negros e/ou a frente de liberação dos homossexuais (FERGUNSON, 2011).

O contexto econômico dos anos 1960 com a mobilização/ativismo social criou a necessidade de ação governamental, que se expressou na “Guerra contra a pobreza”, empreendida por L. Johnson, através de legislações que incluíam programas de estímulo econômico, pleno emprego, cuidados com saúde e reabilitação urbana e rural, além de aumentar as oportunidades educacionais para jovens e adultos, destacando-se, ainda, a Lei de Oportunidade Econômica (REISCH E ANDREWS, 2002).

Nesse período a National Welfare Rights Organization – NWRO (articuladora em âmbito nacional de organizações locais em defesa dos direitos sociais) foi um espaço importante para os assistentes sociais radicais, e suas raízes remetem ao movimento pelos direitos civis, nas comunidades de ativistas, de metrópoles como Nova York. (IDEM).

A NWRO, entre 1966 e 1973, contribuiu para a organização dos “beneficiários” dos programas de bem-estar social, incentivando-os a lutar por seus direitos, em uma perspectiva de justiça econômica e social. Tornou-se um movimento dominado por mulheres afro-americanas beneficiárias dos programas, e um dos poucos movimentos organizados nacionalmente por pessoas pobres e o único composto predominantemente por mulheres negras. (IDEM).

Apesar do apoio e envolvimento ativo de muitos assistentes sociais progressistas, a organização criticava os profissionais por seu papel social repressivo, de controle, no contexto do Estado de bem-estar social.

Wagner (1991: p. 82) lista várias organizações de assistentes sociais radicais, vigentes nesse período, como: Radical Alliance of Social Service

---

<sup>8</sup> Essas casas ofereceram suporte para a militância sindical, como espaços de articulação e apoio às greves, tendo sido relevantes para as lutas das mulheres trabalhadoras. Nesse processo, as/os assistentes sociais obtiveram a confiança dos trabalhadores e trabalhadoras. Havia diferenças, Florence Kelley, por exemplo, via no sindicalismo uma forma de chegar ao socialismo, diferentemente de Addams, cuja ação estava direcionada para a democracia social. (REISCH e ANDREWS, 2002).

Workers (RASSW) e Social Workers Action for Welfare Rights (SWAWR), situadas em Nova York; Union of Radical Human Service Workers (URHSW) e Coalition for Basic Human Needs (CBHN), situadas em Boston e o Grupo nacional Bertha Capen Reynolds Society (BCRS) <sup>9</sup>.

Destaca-se a RASSW, que desde sua formação em 1974, incentivou a perspectiva radical, defendendo mudanças na formação profissional. Sua estratégia enfatizava a educação política dos assistentes sociais, o combate ao racismo e ao sexismo. (REISCH E ANDREWS, 2002).

A RASSW surgiu do “Bertha Reynolds Club”, pequeno núcleo de assistentes sociais de esquerda, associado ao Partido Comunista. Propunha-se realizar programas de educação, publicações e influenciar organizações profissionais como a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (NASW) para uma ação social mais efetiva. (IDEM).

Havia divergências na RASSW. Os representantes da “velha guarda”, defendiam a reestruturação fundamental da sociedade, além de proporem metas amplas para a associação, no plano político-social. Os representantes da “nova esquerda” argumentavam sobre a relevância de associar as demandas por trabalho, serviços e benefícios com a demanda pelo socialismo. (IDEM).

Na medida em que a crise econômica dos EUA se aprofundava, no final da década de 1970, a RASSW continuou a fornecer uma análise radical dentro do campo do Serviço Social e a promover uma agenda alternativa, através do informativo bimestral *The Social Service Alternative View*, de conferências e workshops para os assistentes sociais e ativistas comunitários, defendendo políticas sociais progressistas em torno de questões como desemprego e cortes de serviços (IDEM).

De acordo com Reisch e Andrews (2002), no decorrer dos anos 1970, o clima político-econômico e ideológico nos EUA alterou-se. Os radicais do

---

<sup>9</sup> Importante também, foi a criação da “Revista Catalyst: A Socialist Journal of the Social Work Today”, em 1976, com o objetivo de ser “uma voz consistente de esquerda no Serviço Social e ajudar a unir radicais do campo”. Ainda é relevante nesse período a formação da “Union of Radical Political Economist” (WAGNER, 1991: p. 82), e conforme salienta Potyara Pereira (2016), pode-se inferir que houve uma influência da perspectiva defendida pelos “economistas radicais” nesse período, no âmbito das ciências sociais.

Serviço Social perseveraram em seus esforços para criar organizações alternativas e reorientar a direção da profissão. A segunda onda do feminismo adquiriu relevância a partir de 1977 e repercutiu na “prática” profissional. A questão da luta social contra todas as formas de opressão tornou-se um ponto central para os radicais, incorporando o debate feminista e a discussão sobre a opressão de gênero. Os autores indicam o Catalyst Collective, constituído por jovens brancos, que se reconheciam como socialistas, anarquistas, feministas radicais e marxistas, como exemplo da forma que o radicalismo no Serviço Social se expressou na década de 1970. Para eles, essa experiência revela como assistentes sociais radicais da década de 1970 desenvolveram orientações teóricas mais abrangentes e avançaram para estilos menos conflituosos, apesar de não menos militantes.

Nos anos oitenta, a RASSW mantinha suas bases originais, bem como a compreensão crítica das crises econômico-sociais associadas ao capitalismo. Mas, em 1987, foi extinta, não resistiu às transformações sociais que afetaram inclusive a composição da profissão, e o recuo das posições radicais, agora suavizadas pela denominação “progressista” (IDEM).

A organização dos assistentes sociais radicais teve como suporte a aproximação com os sindicatos, com o campo da esquerda, incluindo o Partido Comunista e com os movimentos sociais, destacando-se o movimento feminista, o movimento étnico-racial, e a luta pelos direitos sociais, dialogando criticamente e indicando os limites da sociedade capitalista. Nessas aproximações, houve referências ao marxismo, com significados sociopolíticos diversos.

No que diz respeito às referências ao Serviço Social Crítico/Radical com base teórica marxista, segundo Payne (1995), há diferentes posições na fundamentação do Serviço Social radical. Ele destaca a “progressiva”, a “reprodutiva” e a “contraditória”. Para a primeira – posição progressiva –, o Trabalhador Social é um agente de mudança positivo e o assistente social tem por papel a promoção da ação coletiva e a elevação da consciência. Os autores de referência dessa vertente seriam Galper, Bailey e Brake. A posição reprodutiva também considera os assistentes sociais como agentes de controle de classe, que, como tais, contribuem com a opressão da classe trabalhadora

pela sociedade capitalista. Já a posição contraditória considera os assistentes sociais como agentes de controle social que, contraditoriamente, contribuem com as capacidades da classe trabalhadora e oferecem conhecimentos e o poder do Estado a seus “clientes”, ou seja, essa contradição pode contribuir com a revolução. Nesta posição se encontram Corrigan e Peter Leonardo, grandes referências do Serviço Social Radical na Inglaterra.

Mullaly e Keating (1991) propuseram uma abordagem dialética como forma de conciliar as “visões opostas” do Serviço Social radical, explicitando que esse foi influenciado por três perspectivas socialistas: a socialdemocracia, o marxismo revolucionário e o marxismo evolutivo. (Apud REISCH e ANDREWS, 2002).

Payne (1995) faz referência à existência de assistentes sociais radicais que concordam com a posição socialdemocrata, onde o estado deve ser responsável por “prover o mínimo de vida” e promover uma maior equidade e justiça social, sendo um patamar para uma sociedade socialista. Para eles, o conflito social deriva de várias fontes, incluindo, questões de gênero, raça, estatuto econômico e religião, todos relevantes para a estratégia de transformação social.

Diferente dessa é a posição dos assistentes sociais “marxistas revolucionários” para quem o estado de bem estar promove a sobrevivência e não a transformação social, sendo necessário apoiar as lutas dos grupos pelos direitos de bem estar, cooperativas, grupos de autoajuda e alternativas de serviços e organizações, fora do Estado. Para eles, o conflito de classes é a fonte fundamental para a opressão na sociedade capitalista. Reconhecem outros conflitos, mas, esses podem ser resolvidos no interior do capitalismo, enquanto o de classes não. (PAYNE, 1995).

A perspectiva do “marxismo evolutivo” aproxima-se do grupo socialdemocrata. Eles consideram que os Assistentes Sociais devem trabalhar dentro do sistema, mas separar as forças para a mudança socialista das forças que preservam o capitalismo. Concordam com os “marxistas revolucionários” acerca do conflito de classes enquanto fonte principal para a opressão na sociedade capitalista, mas, incluem o gênero, a raça, idade e outros como

fontes secundárias de opressão e que devem ser considerados em qualquer estratégia para a transformação social. (PAYNE, 1995).

Payne (1995) assinala as formas de atuação radical, através da ação coletiva, devendo o profissional se unir às instituições da classe trabalhadora, sobretudo aos sindicatos, bem como, participar de ações políticas e atividades comunitárias, descentralizando e democratizando o trabalho de equipe.

A partir dessa exposição é possível analisar que as posições críticas e radicais no Serviço Social norte-americano possuem em comum, o caráter de aproximação aos grupos sociais, pelo ativismo político, na defesa dos direitos sociais, da justiça social, da cidadania, incentivando os “clientes” a lutar por alterações que podem, em certa medida, atuar na construção de outra sociedade.

O exposto acima nos permite afirmar que o chamado SSCR comporta diferentes vertentes teóricas e políticas. A aproximação ao marxismo e à proposta socialista é mediada pelo ativismo social, e de acordo com a conjuntura, conecta-se aos diferentes movimentos e lutas da sociedade e dos “clientes” e/ou “beneficiários” dos serviços sociais. Trataremos disto a seguir.

### **3. FUNDAMENTOS TEÓRICO-POLÍTICOS DO SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO E RADICAL: UM ESTUDO PRELIMINAR**

Neste item apresentamos as principais concepções de Serviço Social crítico e/ou radical, elaboradas no período de 1960 a 1980, nos EUA. Desse modo, selecionamos na bibliografia do Serviço Social norte-americano alguns autores que se destacaram na abordagem crítica da profissão e suas concepções acerca do SSCR, destacando a influência do marxismo/socialismo. Buscamos ainda, pesquisar as interlocuções desses autores com o MRLA.

Iniciamos com Jeffrey Galper, especialmente em seu livro *Política Social e Trabalho Social* – (New Jersey – 1980) traduzido para o português por Maria Ozanira da Silva e Silva e Artemira da Silva e Silva (colaboradora). Nesta obra o autor aponta e desenvolve, exaustivamente, a existência de “ideias radicais” no Serviço Social norte-americano, apresentando uma fundamentação teórica

claramente marxista para o que vai denominar de Serviço Social Radical. Em suas palavras, Serviço Social radical é:

[...] aquele que contribui para a construção de um movimento de transformação para o socialismo pelo seu próprio esforço e utilizando-se de sua prestação de serviços. É um serviço social socialista. Todos aqueles que praticam o serviço social radical lutam pelo socialismo a partir do âmbito das instituições de prestação de serviços onde se encontram engajados (GALPER, 1980, p. 28).

Para ele, “o conceito chave do modo socialista de análise inclui a análise materialista e dialética que se encontra na metodologia marxista” (IDEM: p. 29). Inclusive, o último capítulo de seu livro é destinado a apresentar uma proposta de Serviço Social Marxista.

Entretanto, o autor chama atenção para as diferentes concepções que perpassam esse movimento e faz críticas a elas. Vejamos:

[...] existe uma larga variedade de formas alternativas de prática ou de técnicas, algumas das quais se identificam ou são identificadas como radicais. [...] essas abordagens se utilizam do termo radical para imprimir uma diferença fundamental. Tem sido comum a utilização do termo radical por abordagens que se colocam em defesa de uma causa, como criação de propostas alternativas, metodologias ou modificação de comportamento, antifreudiana ou não; Serviço Social de Caso, organização de grupos de interesse e outros. Não me refiro a essa variedade de técnicas ou abordagens como críticas, uma vez que elas não são fundamentadas nem dirigidas para um compromisso socialista. Não há sequer razão que justifique essas abordagens receberem, e, algumas vezes voluntariamente, adotarem o rótulo de radicais (GALPER, 1980, p. 21-23).

Para o autor existem diversas formas de análise e de prática socialista, e o socialismo não se apresenta como um esquema rígido.

Ao examinarmos as manifestações atuais do radicalismo no Serviço Social, o fazemos na perspectiva de estar procurando estabelecer um relacionamento do Serviço Social com o pensamento socialista, num contexto mais amplo (p. 24). [...] Não existe um consenso entre os assistentes sociais de esquerda no que se refere à definição e à natureza da prática do SS radical [...] não há uma direção única e clareza opcional que orientem os esforços de mudança que ocorrem, presentemente, nos Estados Unidos (GALPER, 1980, p. 26).

O autor chama a atenção para a dimensão política da profissão ao enfatizar que

os assistentes sociais radicais são, ao mesmo tempo, radicais e assistentes sociais. [...] e, a prática convencional é também política, quer seu conteúdo político seja ou não reconhecido. [...] Radical não é quem procura introduzir a política em situações apolíticas. [...] devemos encontrar condições de trazer o compromisso político para os eventos diários de nosso trabalho. Fazer isso significa, em parte, dedicar séria atenção às necessidades imediatas e urgentes

daqueles que nos procuram e, ao mesmo tempo, relacionar esses esforços para a construção do socialismo (GALPER, 1980, p. 30).

Argumenta ainda que o interesse em associar ideias radicais com a teoria e a prática do Serviço Social cresce no contexto das dificuldades geradas nos países capitalistas ocidentais e seus rebatimentos nos profissionais e nos “clientes” da assistência pública, acentuando a descrença nas reformas no capitalismo.

Quanto a uma possível interlocução com o MRLA, não encontramos em seus textos qualquer evidencia desse contato. E, em entrevista realizada (24/08/2017) para a pesquisa, Maria Ozanira da Silva e Silva que traduziu o livro de Galper para o português e que foi sua aluna no Mestrado realizado por dois anos nos EUA afirma que:

Em nenhum momento ele (Galper) faz qualquer referência que o movimento de lá (Radical Social Work) tem alguma relação com a Reconceituação na América Latina. É um movimento dos assistentes sociais, tanto da Inglaterra quanto dos Estados Unidos e Canadá [...] que, inconformados com a exploração do capitalismo, com o sistema de welfare state dos países desenvolvidos, que não atendiam as necessidades sociais dos pobres, com a história da exploração do trabalho, com a história da falta de organização dos trabalhadores do setor social, eles constituíram um movimento, que segundo o próprio autor é um movimento muito minoritário dos assistentes sociais dos Estados Unidos. Não é um movimento hegemônico como foi o movimento de Reconceituação na América Latina e no Brasil. É um movimento deles contra a exploração do capitalismo nos países desenvolvidos.

Para Silva (1980: p. 18, 19) a proposta metodológica de Galper se embasa num corpo teórico cujo objetivo maior é a transformação da sociedade, embora não ignore as necessidades do dia-a-dia dos usuários, tendo como base a organização popular pelo desenvolvimento de uma consciência coletiva, como fator primordial de mobilização para a mudança.

Outro autor que merece destaque é David Wagner (1991)<sup>10</sup> que vai afirmar que nos EUA houve dois grandes períodos de movimentos radicais, repercutindo no chamado “Serviço Social Radical” (SSR). O primeiro ocorreu entre 1930 e 1940<sup>11</sup> e o segundo nos anos de 1960 chegando a 1980. Para

---

<sup>10</sup> Suas referências principais são: Frances Fox Piven e Richard Cloward, Jeffrey Galper (traduzido no Brasil), Roy Bailey e Mike Brake, autores adeptos do SSR.

<sup>11</sup> Entre 1929 e 1942 um grupo minoritário de assistentes sociais, conhecido como Rank and File, questionou os valores do sistema socioeconômico americano, aliando-se aos movimentos dos

ele (WAGNER, 1991: p.82) o ponto alto desse ocorreu entre 1974-1979, resultado do “severo declínio econômico de 1973” com sérias implicações para os assistentes sociais. Para o autor, o termo “radical” caracteriza os assistentes sociais que se unem em organizações e/ou explicitam seu apoio às causas de esquerda (IDEM: p. 97). Diferente de Galper, para ele o SSR não precisa estar, necessariamente, atrelado a uma teoria ou a uma única teoria. Ele indica, ainda, a existência de várias organizações de assistentes sociais radicais durante os anos 70 e 80<sup>12</sup>. Wagner (1991) caracteriza os assistentes sociais Radicais dos anos 1960 como aqueles que faziam a autocrítica ao se considerarem “privilegiados” e “opressores dos pobres”, dos negros e de grupos do “Terceiro Mundo”; estavam interessados em utilizar suas posições dentro dos serviços sociais para promover causas políticas mais amplas; com permeabilidade ao pensamento marxista e socialista, contribuindo para que percebessem seus “clientes” como classe trabalhadora. O Serviço Social se apresentava como uma profissão identificada com o “cliente” e também como uma organização política.

Outro autor que destaca as formas de atuação do SSR é Payne (1995). Ele indica a dimensão coletiva dessa ação apontando a necessária união do profissional às instituições da classe trabalhadora, especialmente os sindicatos e pela participação em ações políticas e atividades comunitárias, descentralizando e democratizando o trabalho de equipe. Destaca ainda o trabalho individual com “clientes” e sua importância na direção de fazer com que ele compreenda as opressões da classe dominante, distinguindo as necessidades materiais das necessidades pessoais, evitando a individualização e a culpabilização dos “clientes” por seus problemas sociais. Entretanto, sua concepção de SSCR vai ao encontro das críticas de Galper, ou seja, ele não centra na vertente marxista, somente, ele destaca a perspectiva radical baseada nos trabalhos do brasileiro Paulo Freire, considerando essa vertente “particularmente importante”. Afirma que essa concepção defende que a luta pela sobrevivência somente se consegue mediante uma mudança revolucionária. Ele imputa a Paulo Freire a responsabilidade pelo MRLA

---

trabalhadores. Criticavam o plano governamental “New Deal”, considerando que este não ajudava a sociedade, mas, sim a indústria e a agricultura.

<sup>12</sup> Conforme apresentamos no item 2.1 deste artigo.

quando afirma que essa “filosofia – Paulo Freire, conduziu a uma “reconceptualização” do trabalho social da América Latina” (PAYNE, 1995, p. 262).

Em Payne temos uma referência explícita ao MRLA e ao pensamento de Paulo Freire como uma vertente do SSCR norte-americano. Para ele, as concepções de Freire são uma das direções do trabalho profissional radical.

Outros dois autores que levantaram a questão do Serviço Social Radical são Roy Bayley e Mike Brake (Serviço Social Radical, Nova York, 1976). Entendem os dois que uma forma radical de Serviço Social deve ser desenvolvida. Esse trabalho, que exige uma crítica ao liberalismo e ao Estado, consiste essencialmente em compreender a posição dos oprimidos no contexto da estrutura social e econômica em que vivem e nesse sentido a perspectiva socialista é a abordagem mais humana para os assistentes sociais. Para eles o objetivo não é, por exemplo, eliminar o trabalho de caso, mas eliminá-lo quando apoia a hegemonia da classe dominante. Para contrariar os efeitos da opressão, o assistente social precisa inovar em dupla dimensão: ajudando as pessoas a entender sua alienação em termos de sua opressão e aumentando sua autoestima. Para eles os próprios assistentes sociais sofrem de exploração econômica, e o desenvolvimento de uma crítica radical pode significar seu envolvimento em um programa de ação política. Eles devem distinguir as necessidades materiais e pessoais de seus “clientes”. Problematizam a dicotomia presente na rotina dos assistentes sociais de exercer seu trabalho na direção dos direitos humanos ou atender as políticas das agências e das instituições amparadas no governo. O desafio era: a escolha de manter seus empregos em segurança ou atender pessoas agredidas cruelmente pela sociedade capitalista. Na busca de novas bases apontam o retorno do desenvolvimento comunitário e o planejamento social.

Roy Bayley e Mike Brake (1976) apontam ainda, alguns princípios para ação radical como romper com a perspectiva de que as instituições em que os assistentes sociais estão empregados têm motivos benignos e olhar para o que as agências realmente fazem, superando a crença que o interesse da agência e o interesse do “cliente” são basicamente idênticos. Finalmente mudar a compreensão da profissão que atribui praticamente todos os problemas que os

clientes experimentam como defeitos de desenvolvimento de personalidade e nas relações familiares. Esta posição direciona os “clientes” a culpar-se por suas dificuldades, ao invés de buscar na ordem econômica e nas instituições sociais as razões que produzem muitos deles. Nessa direção o profissional avança em sua consciência e se torna capaz de ajudar o “cliente” a tomar consciência, dos múltiplos nexos entre os problemas econômicos e os problemas definidos como patologia. Efetivamente, quando as pessoas não têm trabalho ou renda estável, elas são privadas da fonte de bem-estar, que pode levar por sua vez a vários tipos de comportamentos que se expressam na deterioração da personalidade. De certo modo, são problemas psicológicos, mas, em um sentido profundo, são produtos de uma economia que requer uma taxa de desemprego e subemprego cronicamente elevada e, portanto, nega os meios de subsistência para muitas pessoas.

Finalmente, afirmam que os assistentes sociais devem reconhecer que o “conhecimento e a técnica profissional” são usados para legitimar o poder burocrático do assistente social sobre as pessoas. O poder burocrático é perigoso e muitas vezes os “clientes” necessitam desesperadamente de um contato humano e de apoio, relatam seus problemas (quase sempre na crença equivocada de que suas confidências serão protegidas). As agências fizeram dos assistentes sociais, policiais. Os autores afirmam que existe uma regra primordial de resistência: não registre nada que prejudique um cliente! Pois o profissional não sabe como sua agência usará a informação, ou a quem ela irá torná-la disponível. Entendem que lutar pelos direitos dos “clientes” é lutar contra as instituições do capitalismo e as revoluções não são feitas de uma só vez. Se acreditar que a manutenção da força e da energia nos EUA depende, em parte, da exploração, do isolamento e do estigma das vítimas do capitalismo pela agência do estado de bem-estar social, então o papel do assistente social é resistir a esses processos, pois as práticas dessas agências não são acidentais, mas são fundamentais para a operação da sociedade capitalista. Esta é uma luta para tornar explícitas as contradições, e não para obscurecê-las.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em concordância com Galper (1980), as leituras sobre o SSCR norte americano – não esgotadas por nós, até então –, indicam uma variedade de concepções diferentes e, às vezes, divergentes orientações teóricas e políticas. A definição do radicalismo incorporou perspectivas diversificadas, entre a concepção marxista, neomarxista, socialista e, também, pós-moderna. Elas vão de uma posição política radicalmente revolucionária, tendo como referencial o socialismo marxista às propostas de reforma do capital, alimentadas pela concepção de empoderamento. Entretanto, vimos o que une essas diferentes concepções é uma crítica ao Capitalismo seja na perspectiva de romper com ele ou na perspectiva de uma reforma ou na retomada do Estado de Bem-estar social, bem como, um posicionamento de uma ação profissional que seja a favor dos interesses do “cliente”, e uma recusa do Serviço Social tradicional.

Por sua vez, o Serviço Social tradicional latino-americano recebeu influência direta e sustentava-se nas produções europeias (franco-belgas) e norte-americanas. No decorrer do MRLA houve uma recusa e uma busca de superação dessas referências teóricas tradicionais.

Na perspectiva política o anti-imperialismo (afeito principalmente ao enfrentamento às estratégias imperialistas dos EUA) era um dos pontos de convergência do MRLA, assim como a ênfase na elaboração de referências teóricas condizentes com a realidade latino-americana, com suas particularidades históricas.

A elaboração de novas referências no Serviço Social latino-americano, sustentadas na perspectiva crítica, com aproximações à tradição marxista, expôs uma nova perspectiva para apreensão e análise da profissão e de suas demandas sócio-históricas. Nesse período, observamos um protagonismo do Serviço Social latino-americano, na construção de novos posicionamentos e novas referências, distanciando-se das referências teóricas europeias e norte-americanas. (EIRAS e SANTOS, 2017).

O MRLA ao recusar as referências teóricas externas distancia-se da produção do serviço social estadunidense, criticando sua fundamentação positivo-funcionalista e negando os respectivos modelos de intervenção, como

o serviço social de caso, serviço social de grupo e serviço social de comunidade.

Contudo, o Serviço Social nos EUA também atravessava um período profícuo, sendo tensionado pelos movimentos sociais e pelos “clientes” dos serviços sociais, no âmbito de sua atuação no estado de bem-estar social, conforme exemplificamos no item 2.1, com a NWRO.

É possível inferir que as contradições acentuadas pelos movimentos sociais, inclusive de trabalhadores e de “beneficiários” do sistema de bem-estar social, colocou a possibilidade de posições críticas e radicais no Serviço Social estadunidense, favorecendo tais elaborações e perspectivas, semelhante ao que aconteceu na América Latina, sendo que no continente latino-americano, as condições históricas de sua inserção periférica no capitalismo global, indicavam a necessidade de ruptura com o imperialismo americano e o radicalismo era de fato associado à revolução socialista enquanto tomada do poder e construção de uma nova sociedade “não capitalista”, como em Cuba, no Chile e na Nicarágua.

No contexto dos EUA, a alternativa radical, embora dialogasse com o movimento sindical e houvesse uma vertente socialista marxista, não tinha como base histórica a perspectiva revolucionária, enquanto disputa concreta de projetos societários no período em destaque (1960-1980).

Assim, mesmo com ações e elaborações teóricas, não houve uma prevalência dessa perspectiva em relação àquelas tradicionais e normalizadoras, no Serviço Social. Mesmo com a emergência do “radicalismo”, que questionou e tensionou as referências tradicionais, as respostas do Serviço Social mantiveram-se, hegemonicamente, naquele patamar disciplinador.

Entretanto, as formulações radicais e sua fundamentação crítica ecoam no Serviço Social estadunidense, e chegam ao século XXI, ainda que perpassadas pelos desafios históricos dos projetos societários de esquerda, em um contexto tragicamente contrarrevolucionário e regressivo para as/os trabalhadoras/es.

## REFERÊNCIAS

BAILEY, R.; BRAKE, M. **Radical Social Work**. Nova York: Pantheon Books, 1976.

CORRIGAN, P.; LEONARD, P. **Prática do serviço social no capitalismo: uma abordagem marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

EIRAS, A. A. L. T. S.; SANTOS, C. M. Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais: os movimentos contestatórios no Serviço Social europeu e norte-americano no período de 1960 a 1980. In: CONGRESO ESTATAL e I IBEROAMERICANO DE TRABAJO SOCIAL, 13., 2017, Mérida. **Anais...** Mérida/Espanha, out. 2017.

EIRAS, A. A. L. T. S.; SANTOS, C. M.; YAZBEK, M. C. Os movimentos contestatórios no Serviço Social iberoeuropeu e da América do Norte no período de 1960 a 1980. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 40, 2017.

FALEIROS, V. P. “O que Serviço Social quer dizer”. **Serv. Soc. e Soc.**, São Paulo, n. 108, 2008.

FERGUSON, I. Um outro Serviço Social é Possível: reivindicando a tradição radical. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 27, 2011.

FERGUSON, I. A esperança acima do medo: o ensino do Serviço Social rumo a 2025. In: MARTINS, A. et al. **Serviço Social Portugal-Brasil: formação e exercício em tempos de crise**. Campinas: Papel Social, 2016.

HEALY, K. **Trabalho social: perspectivas contemporâneas**. Galiza: Morata; Fundación Paidéia, 2000.

GALPER, G. **Política social e trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1980.

MULLALY, R. **Structural Social Work**. Toronto, Ontario: McClelland, 1998.

PAYNE, M. **Teorías contemporâneas del trabajo social: una introducción crítica**. Barcelona, Buenos Aires, México: Ediciones Paidós, 1995.

PEREIRA, P.A.P. Serviço Social: um *enfant terrible* na institucionalidade burguesa? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.127, 2016.

REISCH, M.; ANDREWS, J. **The road not taken: a history of radical social work in the United States**. Ed. Routledge, 2002.

SILVEIRINHA, M. J. No encaço das mulheres de Chicago: conexões orgânicas e radicais do pragmatismo clássico americano. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, set./dez. 2016.

WAGNER, D. Movimentos radicais nos serviços sociais: uma base teórica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 35, 1991.

